



## CHINA: RECONHECIMENTO GOVERNAMENTAL DAS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS (PMES) NO PÓS-CRISE (2007-2008)

*Jacqueline A. Haffner<sup>1</sup>*

*Leandro Teixeira dos Santos<sup>2</sup>*

*Nadia B Menezes<sup>3</sup>*

### Resumo

O ciclo de vida das empresas é permeado, entre outros elementos, por políticas e regulamentações governamentais que influenciam atitudes, motivações e expectativas desses empreendimentos, as formas de superar barreiras e aproveitar oportunidades de desenvolvimento, e a dinamicidade do ecossistema empreendedor. Isto é mais relevante quando se refere às Pequenas e Médias Empresas (PMEs), geralmente mais sensíveis às ações governamentais e às mudanças das condições econômicas, dada a maior vulnerabilidade relativa em termos de capacidades administrativas, acesso ao crédito, nível tecnológico e nível de credibilidade, contrastando com sua contribuição para o crescimento econômico, como é visível na República Popular da China (RPC). Portanto, este artigo destaca a crescente participação das PMEs na economia chinesa e como o governo as têm apoiado no pós-crise 2007-2008, destacando o apoio financeiro e a promoção da internacionalização.

**Palavras-chave:** China, Pequenas e Médias Empresas, Reconhecimento.

**Área Temática:** Economia Internacional e desenvolvimento regional

---

<sup>1</sup> Professora da Faculdade de Ciências Econômicas e do Programa de Pós-graduação em Estudos Estratégicos Internacionais (PPGEEI) da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Integrante do Grupo de Pesquisa sobre os BRICS (NEBRICS-UFRGS). E-mail: [Jacqueline.haffner@ufrgs.br](mailto:Jacqueline.haffner@ufrgs.br)

<sup>2</sup> Doutorando em Estudos Estratégicos Internacionais – PPGEEI/UFRGS. Integrante do Grupo de Pesquisa sobre os BRICS (NEBRICS-UFRGS). E-mail: [teixeirasantospe@gmail.com](mailto:teixeirasantospe@gmail.com)

<sup>3</sup> Doutoranda em Estudos Estratégicos Internacionais – PPGEEI/UFRGS – Bolsista FAPERGS/CAPES. Integrante do Grupo de Pesquisa sobre os BRICS (NEBRICS-UFRGS). E-mail: [nadiabmenezes@yahoo.com.br](mailto:nadiabmenezes@yahoo.com.br)



## Abstract

The lifecycle of companies is permeated, among other elements, by policies and government regulations that influence attitudes, motivations and expectations of these developments, the ways to overcome barriers and seize opportunities for development, and the dynamics of the enterprising ecosystem. This is more relevant when it comes to Small and Medium Enterprises (SMEs) usually more sensitive to governmental actions and changes in economic conditions, considering the greater relative vulnerability in terms of administrative capacity, access to credit, technological level and level of reliability, contrasting with its contribution to economic growth, as is visible in the People's Republic of China (PRC). Therefore, this article highlights the growing participation of SMEs in the Chinese economy and how the government has supported them on the 2007-2008 post-crisis, emphasizing the financial support and the promotion of internationalization.

**Keywords:** China, Small and Medium Enterprises, Recognition.

**Área Temática:** Economia Internacional e desenvolvimento regional

## 1. Introdução

Ao analisar o ciclo de vida das empresas se observa que ele é permeado por políticas e regulamentações governamentais geralmente capazes de moldar as atitudes, as motivações, as expectativas, as condições de superar barreiras e aproveitar oportunidades de desenvolvimento, o direcionamento desses empreendimentos e a dinamicidade do ecossistema empreendedor. A ação governamental é mais sentida pelas Pequenas e Médias Empresas (PMEs), quando comparado as Empresas de Grande Porte (EGP), dada à sua menor capacidade de investimento em capital humano, menor poder de alavancagem, baixo nível tecnológico e maior dependência da economia local. Estas condições as tornam também mais vulneráveis às inflexões no ambiente de negócios, como as provocadas pela crise financeira global de 2007-2008 (CFG<sup>4</sup>).

Dois dos problemas geralmente enfrentados pelas PMEs e intensificados no período pós-CFG têm sido as dificuldades de acesso à financiamento e aqueles associados ao processo de internacionalização. Estes dois problemas deve-se em muito as PMEs não conseguirem oferecer as garantias necessárias aos bancos e/ou outras instituições financeiras na captação de empréstimos, instituições estas, que sem estas garantias, consideram este tipo apoio de alto risco.

---

<sup>4</sup> A sigla CFG, refere-se à crise financeira Global.



Entretanto, mesmo com as dificuldades elencadas acima, as PMEs são consideradas o motor do crescimento econômico na maioria das economias do mundo, em termos de participação no PIB, na geração de empregos, na inovação e nas exportações, como demonstra o caso chinês. Todavia, a atenção concedida pelo governo chinês a estes empreendimentos ainda continua desproporcional a sua relevância, principalmente quando se comparada as EGP, nomeadamente as Empresas de Propriedade Estatal (EPEs). Porém, o governo chinês parece ter elevado os esforços no sentido de criar um ambiente mais favorável a constituição e ao desenvolvimento das PMEs, o que pode observado desde o final do século passado, uma vez que se intensificou o apoio dado pelo governo a estas empresas a partir do início dos anos 2000, especialmente 2001, quando assume que as PMEs são a força motriz do crescimento econômico. Este reconhecimento é importante, uma vez que no pós-CFG os efeitos da crise aprofundaram as dificuldades geralmente enfrentadas por essas empresas, aqui analisadas em termos de necessidade de financiamento e barreiras a internacionalização. Assim, este artigo destaca a crescente participação das PMEs na economia chinesa e como o governo as têm apoiado no pós-CFG, destacando o apoio financeiro e a promoção da internacionalização, com o propósito de focar a questão proposta: se em função dos efeitos da crise indicada, o governo chinês aumentou o reconhecimento da importância das PMEs para a economia nacional.

Para ensaiar resposta a presente questão, parte-se da revisão da literatura relativa às PMEs, destacando a conceituação destas, a sua importância para o crescimento econômico, e o apoio governamental chinês as mesmas. Em seguida, expõe-se a evolução das PMEs chinesas. Por fim, intenta-se verificar se o governo chinês aprofundou o reconhecimento da importância dessas empresas para a economia do país em função dos efeitos da CFG.

## **2. PMEs – maior vulnerabilidade relativa e suporte governamental**

Esta seção tem como objetivo promover revisão da literatura relativa às PMEs, focando a sua conceituação de acordo com a legislação chinesa, enfatizando a sua importância como motor econômico para a maioria das economias do mundo e a importância do apoio governamental em ajudá-las a enfrentar as dificuldades com as quais geralmente se deparam.

Conceituar as PMEs resulta tarefa árdua, dado que a definição pode variar entre países e regiões. Segundo Cunningham (2011), normalmente os significados são demarcados considerando critérios como número de empregados, receitas, volume de produção, valor dos ativos empregados ou uso de energia. Cunningham argumenta que “na China, as definições e os critérios de uma PME foram ajustados por 4 vezes desde 1949”, e que “baseada sobre as



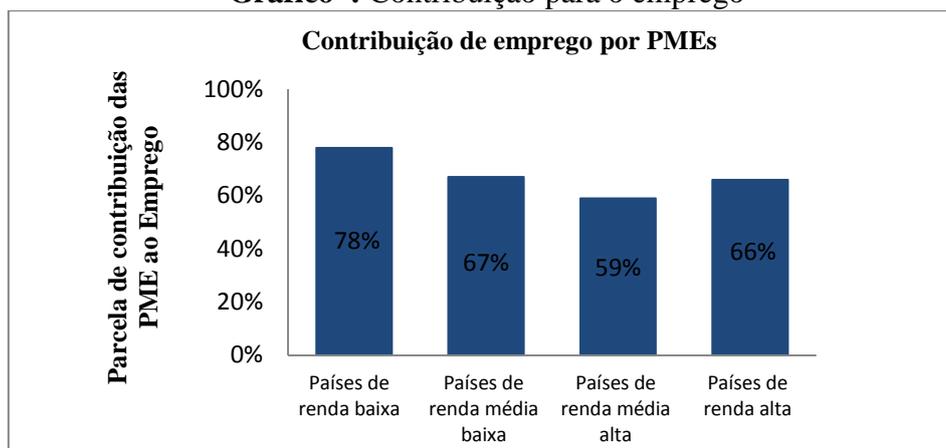
novas disposições”, faz uma divisão dos setores das PMEs em industrial, construção e correio, atacadista e varejista, hotel e restaurante, considerando como critérios o número de empregados, a receita anual e o total de ativos (CUNNINGHAM, 2011). Estes dados são apresentados na Tabela 1:

**Tabela :** Padrão nacional sobre PME na China

Setores	Número de empregados	Receita anual (RMB milhões)	Total de ativos (RMB milhões)
Industrial	<300-2.000	>3.000-30.000	> 4.000-40.000
Construção	<600-3.000	> 3.000-30.000	> 4.000-40.000
Transporte e correio	<500-3.000		
Transporte			
Serviço postal	<400-1.000	>3.000-30.000	
Atacadista e varejista			
Atacadista	<100-200	>3.000-30.000	
Varejista	<100-500	>1.000-15.000	
Hotel e restaurante	<400-800	>3.000-15.000	

Fonte: Cunningham (2011).

Embora consideradas de pequeno e médio porte, as PMEs constituem empreendimentos que juntos são capazes de “[...] dirigir o desenvolvimento econômico em nível nacional, regional e global” (ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT - OECD, 2009, p.7). São, por assim dizer, “[...] o motor do crescimento e da criação de empregos na maior parte das economias do mundo” (INDRAWATI, 2013). Em relação à participação do setor de PMEs na economia global, Cunningham (2011) aponta que, até meados da década passada, as PMEs somavam cerca de 95% de todas as empresas, respondiam por aproximadamente 65% do número total de empregos e por 50% da produção industrial. Destacando apenas os países da OECD, o relatório da Dalberg (2011) expõe que “[...] mais do que 95% das empresas da área da OECD são PMEs”. Considerando a participação destas firmas para o emprego nos grupos de países de acordo com o nível de renda, tem-se em quase todos os grupos participação superior a 65%. Estes dados são apresentados no Gráfico 1 onde pode ser observada a participação percentual dos países na distribuição de emprego de acordo com a sua renda:

**Gráfico : Contribuição para o emprego**

Fonte: Dalberg (2011, p.8)

A relevância das PMEs tem sido mais reconhecida e explorada no cenário pós-CFG, sendo caso ilustrativo a tentativa da União Europeia (UE) em concretizar todo o potencial das PMEs, em termos de contribuição para o crescimento econômico e desenvolvimento social desse bloco, sendo consideradas como decisivas para o seu futuro.

O que está em curso na UE é o esforço em consolidar todo o potencial das PMEs por meio de uma agenda política ambiciosa que elevou o papel delas ao mais alto nível político do bloco (CSE, 2008). Isso porque, para além dos benefícios já pontuados relativos ao número de empresas, empregos e produção industrial, estes empreendimentos “[...] produzem uma extensa contribuição para a inovação, e suporte ao desenvolvimento regional e coesão social” (DALBERG, 2011, p.7). Adicionalmente, contribuem com a integração dos países da economia mundial, através da internacionalização, com o PIB, o valor adicionado industrial, as receitas fiscais, os pedidos de patentes, os novos produtos, a modernização e a urbanização da economia, o fortalecimento das cadeias globais de valor, a criação de clusters industriais, e com a redução da pobreza (ZHAO, 2010; CSE, 2008; OECD, 2009, 2012; LIU, 2009; CARDOZA; FORNES, 2013; CUNNINGHAM, 2011; THE CORPORATION FOR ENTERPRISE DEVELOPMENT – CFED, 2004).

Neste sentido, ganha notoriedade a promoção de um ambiente mais favorável à constituição e ao desenvolvimento desses empreendimentos, principalmente no pós-CFG, dado que este evento potencializou problemas já enfrentados pelas PMEs. Isso passa pela melhoria do ecossistema<sup>5</sup> do qual elas fazem parte, sendo nesse sentido importante o suporte

<sup>5</sup> Segundo Wilson (2007) as PMEs fazem parte de um ecossistema empreendedor. Além destas empresas ele é composto por micro empresas, corporações multinacionais, câmaras de comércio, associações, cooperativas, fundações, redes de indivíduos, governos, universidades e outras organizações de pesquisas, bancos e sistemas financeiros.



governamental. De acordo com Indrawati (2013) “Os governos desempenham um papel crucial no apoio a um ecossistema dinâmico para as empresas”. Para Zhao (2010), “Ao mesmo tempo, o governo tem a responsabilidade e a obrigação de prover o apoio necessário para ajudar as PME's sobreviver em dificuldades”.

Observa-se que a CFG acabou exacerbando problemas com os quais as PME's geralmente se deparam, principalmente quando comparadas as EGP, devido ao menor nível tecnológico, menor credibilidade, dificuldades gerenciais, financeiras e no processo de internacionalização (LIU, 2009; ZHAO, 2010; WORLD BANK GROUP – WBG, c2013; OECD, 2009; DALBERG, 2011). Tudo indica que a CFG contribuiu para a predileção de bancos e governos em apoiar EGP, isto, pelas condições já explicadas anteriormente. Parece assim ser necessária maior atenção governamental as PME's no sentido de evitar, suavizar e/ou conter dificuldades, podendo impedir milhares de falências em todo o mundo e a perda de milhões de empregos, apenas para citar alguns exemplos.

Como discutido na introdução deste artigo, os maiores problemas apresentados pelas PME's são dois: a dificuldade em acessar financiamento e os obstáculos no processo de internacionalização (DALBERG, 2011; ZHAO, 2010). Segundo relatório da Dalberg (2011, p. 20) a CFG reduziu a disponibilidade de apoio financeiro as PME's, dado que “Os bancos apertaram os padrões de crédito [...]. Isto resultou em prazos mais curtos, maiores exigências de garantias e taxas de juros mais elevadas”.

Ainda segundo o relatório, as PME's enfrentam maiores obstáculos de acesso ao capital em países em desenvolvimento e “[...] são desproporcionalmente prejudicadas por falta de financiamento, mas elas permitem um impulso mais forte ao crescimento do que grandes empresas se ele é provido” (DALBERG, 2011). Os bancos e outras instituições financeiras entendem que apoiar financeiramente as PME's representa riscos e custos relativamente mais elevados. Se argumenta que se trata de empresas que têm pouco a oferecer como garantias de que os financiamentos serão pagos e que elas detêm menor capacidade de absorverem riscos. Consequentemente, o acesso ao crédito é condicionado a maiores exigências de garantias e ao cumprimento de outros requisitos que poucas empresas desse porte estão em condições de preencher. Adicionalmente, o tamanho dos empréstimos é pequeno e os custos administrativos são praticamente os mesmos em relação àqueles concedidos às EGP.

O problema é ainda maior quando se tratam de empresas nas fases iniciais de desenvolvimento, principalmente as pequenas. Conforme a CSE (2008, p. 12) “A aversão ao



risco faz com que, amiúde, os investidores e os bancos evitem financiar empresas no seu início e nas primeiras fases de expansão”. Todavia, Dalberg (2011, p. 20) expõe que, em promovendo o apoio financeiro, melhora-se “[...] as condições econômicas dos países em desenvolvimento, uma vez que incentiva a inovação, a capacidade de resiliência macroeconômica [alargando e diversificando a economia doméstica] e o crescimento do PIB”.

A CFG também tem potencializado alguns problemas que as PMEs enfrentam no processo de internacionalização. Investir para além das fronteiras nacionais permite as empresas acessar mercados, recursos e redes que podem ser essenciais para redução de riscos aos negócios (JONES, et. el., 2009). Entretanto, normalmente há obstáculos a atuação dessas empresas em mercados externos. Para Wilson (2007, p. 46), estes obstáculos, dividem-se em barreiras internas e externas. As primeiras “[...] podem incluir as diferenças culturais, a falta de informações ou habilidades, *networks* insuficientes, barreiras linguísticas e a falta de acesso ao financiamento necessário”. As últimas podem compreender “[...] regras e encargos administrativos nacionais e internacionais, bem como as barreiras comerciais formais e informais”.

Nesse mesmo sentido, pesquisa da OECD (2009) além de destacar os 10 principais obstáculos à internacionalização que são identificados pelas PMEs, também aponta aqueles que são levantados pelos formuladores de políticas, por outro lado, conclui que, em alguns casos, há divergências entre as barreiras encontradas por cada grupo e quando elas coincidem podem haver diferenças entre o grau de relevância atribuído a cada uma delas, como mostram os Quadros 1 e 2. Adicionalmente, o momento de inflexão causado pela CFG acabou aprofundando alguns empecilhos, tais como demanda reduzida por exportações, dificuldade de crédito a exportação, diminuição da eficiência econômica (ZHAO, 2010), aumento dos custos de exportação e fraca confiança nos investimentos (LIU, 2009), etc.

**Quadro 1:** Barreiras ranqueadas pelas PMEs [da OECD] usando a método de classificação das 10 mais importantes

Ranking – Fator ponderado	Descrição das barreiras
1	Falta de capital de giro para financiar as exportações
2	Identificar oportunidades de negócios estrangeiros
3	Informação limitada para localizar/analisar mercado
4	Incapacidade de contactar potenciais clientes no exterior
5	Obtenção de representação externa confiável
6	Falta de experiência gerencial para lidar com internacionalização
7	Quantidade inadequada de e / ou pessoal não treinado para a internacionalização
8	Dificuldade em corresponder aos preços dos concorrentes
9	Falta de assistências/incentivos do governo doméstico
10	Excessivo custo de transporte

Fonte: OECD (2009, p. 8).

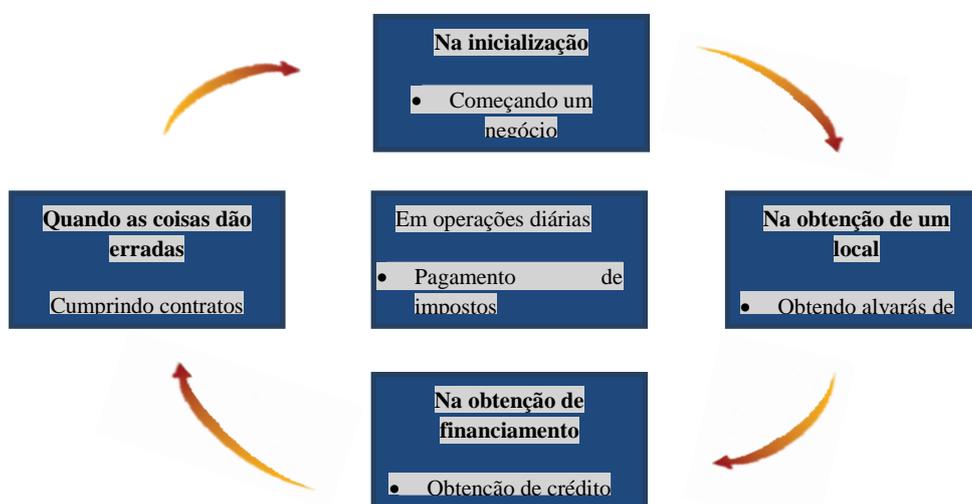
**Quadros 2:** Barreiras ranqueadas pelas economias membro [da OECD] usando a método de classificação das 10 mais importantes

Ranking – Fator ponderado	Descrição das barreiras
1	Quantidade inadequada de e / ou pessoal não treinado para a internacionalização
2	Falta de capital de giro para financiar as exportações
3	Informação limitada para localizar/analisar mercado
4	Identificar oportunidades de negócios estrangeiros
5	Falta de experiência gerencial para lidar com internacionalização
6	Incapacidade de contactar potenciais clientes no exterior
7	Desenvolvimento de novos produtos para os mercados externos
8	Práticas de negócios estrangeiros desconhecidas
9	Documentos/procedimentos de exportação desconhecidos
10	Reunir qualidade/padronização/especificações no produto de exportação

**Fonte:** OECD (2009, p. 8).

Em meio a esse cenário problemático, o apoio governamental é ainda mais demandado. O ciclo de vida das empresas é permeado pela atuação pública dos diferentes níveis de governo através de políticas e regulamentações, podendo interferir nas atitudes, motivações e expectativas, nas formas de superar barreiras e explorar oportunidades, e na dinamicidade do ecossistema empreendedor, embora o próprio setor privado também possa fornecer suporte ao melhor desenvolvimento das PMEs. Na Figura 1 podem ser observadas informações sobre as regulamentações que afetam empresas em todo o seu ciclo de vida:

**Figura :** Regulamentações afetam empresas em todo o seu ciclo de vida



**Fonte:** WBG (2013 c, p.3)

Na visão de Wymenga, Plaisier e Vermuelen (2013), os serviços de apoio podem ser entendidos como medidas, públicas e/ou privadas, podendo ter abrangência local, regional, nacional e até supranacional, neste último caso, quando se pensa, por exemplo, em um bloco regional. A dificuldade de acesso ao capital pode ser resolvida ou amenizada, por exemplo,



por meio de apoio financeiro e/ou fiscal executado pelos governos, que podem também incentivar os bancos privados e outras instituições de crédito a disponibilizarem mais capital, diminuïrem as burocracias e as garantias aos empréstimos, entre outros.

Pensando de forma conjugada financiamento e internacionalização, o governo pode trabalhar no sentido de fornecer crédito a exportação, financiar a pré-embarcação e ampliar as formas das PMEs alcançar capital de giro. A internacionalização também pode ser apoiada de forma não financeira, por exemplo, através do suporte especializado a exportação e importação, e a cooperação técnica. Além disso, Wilson (2007, p.48) recomenda aos formuladores e executores de políticas que “[...] os esforços para apoiar e incentivar a internacionalização das PMEs devem ser adaptados, proporcionando diferentes níveis e tipos de suporte para cada seguimento-alvo. Inexiste uma abordagem política que atenderá a todas as PMEs”. Obviamente, isto não exclui que o governo formule e execute políticas de apoio geral.

### **3. PMEs chinesas: de marginalizadas a condição de motor do crescimento econômico**

Na seção anterior definiu-se PMEs, destacando o papel importante enquanto impulsionadoras do crescimento e identificaram-se alguns dos problemas por elas geralmente enfrentados, com destaque para a carência de financiamento e para os obstáculos no processo de internacionalização, potencializados pela CFG. A seguir, será exposta a evolução das PMEs chinesas, da condição de marginalizadas a motor do crescimento econômico.

De acordo com Cunningham (2011, p. 39), “as reformas econômicas e empresariais da China desde 1978 alteraram radicalmente a estrutura e a dinâmica de suas empresas”, entre elas as PMEs. A autora reconhece a relevância das políticas e regulamentações governamentais sobre o ciclo de vida das empresas do país, porém, destaca que o “[...] o surgimento e a expansão das PMEs estão intimamente ligados com problemas sociais e econômicos que ocorreram durante as transições econômicas e institucionais”.

Dadas às delimitações desse artigo, não será possível discutir os problemas sociais e econômicos, mas cabe ressaltar que, direta ou indiretamente, foram importantes, de acordo com a autora: 1) a reforma econômica e a política de portas abertas de 1978; 2) os problemas resultantes do despovoamento rural e emigração, principalmente a urbanização incontrolável, do que resultou a criação das empresas de distritos e vilas (*township and village enterprises*), que posteriormente vieram a desempenhar um papel fundamental, viabilizando o desenvolvimento do campo por meio da industrialização de áreas rurais do país; 3) a renovação da reforma econômica em 1992 e, pouco depois, a introdução de reformas na



propriedade das empresas, e a preocupação com o desemprego; 4) a crise financeira asiática em 1998; 5) a entrada do país na Organização Mundial do Comércio (OMC), em 2011; 6) e a CFG (CUNNINGHAM, 2011).

Ainda, segundo a mesma autora, se enfatiza que, gradativa e pragmaticamente, o governo chinês mudou o *status* atribuído as PMEs. Elas saíram da condição de marginalizadas quando, em função das reformas de 1978, passaram a ser “[...] legítima e formalmente registradas”; em 1982 passaram a condição de “[...] partes necessárias à economia socialista”; em 1988 tornaram-se “[...] um suplemento para a economia socialista de mercado”, em 1997 foram reconhecidas como “[...] componente importante do mercado baseado na economia socialista”; em 2001 passaram a ser vistas como a força motriz do crescimento econômico do país (CUNNINGHAM, 2011). Cabe ressaltar que a maioria destes momentos são considerados por Kanamori e Zhao (2004) como sendo os principais na cronologia do desenvolvimento do setor privado na República Popular da China (RPC), o que pode indicar que a evolução das PMEs faz parte de um processo maior de transformação estrutural no país, qual seja, de aceitação da maior relevância do setor privado para a economia. Ambas as visões são complementares porque as PMEs compreendem a maior parte do setor empresarial privado do país.

Adicionalmente, percebe-se que, a partir de 1998, maior atenção é especificamente conferida as PMEs. Neste ano o governo 1) cria a divisão de PMEs dentro da Comissão Comercial e Econômica Estatal; 2) em 1999, promove reforma na Lei Constitucional sobre empresas individuais integralmente financiadas, estabelece o sistema de garantia de crédito e o fundo de inovação tecnológica para as PMEs; 3) em 2000, institui o grupo de trabalho de gestão, com abrangência nacional, para promover o desenvolvimento das PMEs, e também constitui o Fundo de Inovação Tecnológica PME 2000; 4) em 2001, lança “alguns apreciações sobre intensificação do trabalho sobre gestão de empréstimos para PMEs”, emite “várias opiniões sobre o fortalecimento da administração de crédito de PMEs” e constitui uma agência de PMEs buscando institucionalizar a estrutura de suporte a esses empreendimentos; 5) em 2003, entra em vigor a Lei da RPC sobre a Promoção das PMEs, aprovada pelo despacho nº 69 do Presidente Jiang Zemin, em 29 de Junho de 2002. No mesmo ano, o governo também lança as estipulações provisórias dos padrões de PMEs e as políticas de desenvolvimento e planos de governo das PMEs; 6) em 2005, o Conselho de Estado (State Council – SC) introduz a política de incentivo, apoio e orientação ao desenvolvimento das economias de propriedade privada e outras de propriedade não pública; 7) em 2006, lança o



projeto de crescimento das PMEs; e 8) em 2009, algumas empresas são autorizadas a emitir ações (CUNNINGHAM, 2011).

De todos os atos executados pelo Estado desde 1998, mencionadas acima, um dos mais importantes foi a Lei da RPC sobre a promoção de PMEs, dado que ela estabelece qual será o tratamento conferido a estes empreendimentos a partir de então. A lei reconhece a importância das PMEs para a economia do país, aborda questões como apoio financeiro, facilitação da criação de novas empresas, promoção da inovação tecnológica, desenvolvimento de mercado, e serviços públicos de apoio (CHINA, 2002). Sua principal finalidade é melhorar o ambiente de negócios. Relativo ao princípio a ser seguido, o artigo 3º expõe que “[...] o Estado aplica o princípio de apoio ativo, orientação forte, serviço perfeito, padronização legal dos direitos e interesses garantidos, com a intenção de criar um ambiente favorável para o seu estabelecimento e desenvolvimento” (CHINA, 2002).

A lei também indica que o responsável pela formulação de políticas relativas às PMEs é o Conselho de Estado, sendo que também é conclamado que os demais níveis de governo promovam um ambiente melhor ao estabelecimento e desenvolvimento dessas empresas (CHINA, 2002). Neste sentido, também há um aprofundamento da importância do setor privado no país, à medida que é prevista a proteção legal aos investimentos, aos lucros, a propriedade, e aos interesses das PMEs. Ao mesmo tempo, adota-se o princípio da igualdade, condenando o tratamento desigual entre empresas.

Referente ao suporte financeiro, a lei destaca a importância dos fundos especiais em nível do governo central para apoiar o desenvolvimento das PMEs. Estes fundos são compostos pelos: 1) fundos especiais organizados no orçamento do governo central; 2) pelos lucros por eles gerados; 3) por doações; e, 4) por outros meios. Especificamente, os recursos servem para 1) viabilizar instruções sobre e serviços para a criação de empresas; 2) estabelecer um sistema de garantia de créditos; 3) promover a inovação tecnológica; 4) incentivar a especialização das PMEs e sua cooperação com as grandes empresas; 5) qualificar recursos humanos e melhorar os serviços de prestação de informações; 6) criar mercado internacional para PMEs; 7) promover uma produção mais limpa, entre outros. Os recursos são executados pelo Conselho de Estado, cabendo ao Banco Popular da China (BPC) orientar as políticas de crédito e melhorar o ambiente de financiamento, incentivando, entre outras coisas, bancos comerciais e outras instituições financeiras a melhorar o acesso e a quantidade de crédito disponível às PMEs.



Como se observa, entre as ações adotadas pelo governo, a preocupação com a internacionalização das PMEs não parece figurar como uma questão central, em parte porque a estratégia de atuação global<sup>6</sup> adotada pelo governo em 2002 tem privilegiado as grandes EPEs, nomeadamente as Empresas de Propriedade Estatal Central (EPECs) (SANTOS, 2013; SZAMOSSZEGI; KYLE, 2011; PONCET, 2007).

Cabe destacar que entre as reformas que vêm sendo executadas pelo governo chinês está àquela referente à propriedade das empresas estatais, dentro da ideia de “proteger as grandes empresas públicas e liberar as pequenas” (KUI-WAI, 2001), com a intenção de aumentar a produtividade das primeiras e transformá-las em campeãs nacionais, o que contribui para a formação de empresas com maiores capacidades de internacionalização. Assim, mesmo sendo válida a ideia de evolução do *status* das PMEs defendido por Cunningham (2011), claramente o interesse maior do governo central chinês é construir grandes grupos industriais de propriedade estatal, absoluta ou majoritária, podendo ser reunidos em três categorias de indústrias e atividades: 1) indústrias/atividades estratégicas e chaves (defesa, geração e distribuição de energia, telecomunicações, petróleo e petroquímicos, carvão, aviação civil e navegação); 2) indústrias/atividades básicas e pilares (maquinaria, automóveis, construção, aço, metais de base, químicos, pesquisas topográficas e P&D); e, 3) outras indústrias/atividades (comércio, investimento, medicina, materiais de construção, agricultura, exploração geológica) (MATTLIN, 2010).

Isto não significa que as atividades estrangeiras das PMEs não recebam atenção. Para Brautigam (2009, p. 74) “As pequenas e médias empresas também seriam incentivadas a ir para fora, particularmente aquelas de baixo custo; assim procedendo ajudaria a reestruturação interna da China”. Recentemente, o governo tem reconhecido a contribuição das PMEs para a integração do país a economia mundial, principalmente em termos de participação no comércio exterior. Segundo Zhao:

Desde a reforma e a abertura, a China tem adquirido desenvolvimento sustentável e rápido do comércio exterior, [...] assim as exportações têm se tornado um dos fatores mais importantes para impulsionar a economia nacional, obviamente o crescimento da taxa de exportação das PMEs na China também permanece alta por um longo período Zhao (2010, p. 69).

---

<sup>6</sup> Segundo Santos (2013, p. 79) “-A estratégia de atuação global- consiste em uma política de incentivo realizada pelo Estado voltada para a expansão e para a intensificação do processo de internacionalização das empresas chinesas, que compreende: 1) a racionalização dos procedimentos administrativos; 2) ao afrouxamento do controle de câmbio; 3) a prestação de informação e orientação; e 4) a redução dos riscos aos investimentos”. Esta estratégia conta com a forte atuação do governo central no sentido de dotar e/ou reforçar a capacidade de EGP chinesas em atuarem internacionalmente, dado que “[...] as empresas domésticas não estavam suficientemente preparadas para enfrentar um contexto cada vez mais globalizado e com empresas ocidentais muito mais experientes em operações globais”.



A participação das PMEs no valor total das exportações chinesas é de aproximadamente 70% do total (LIU, 2009; CUNNINGHAM, 2011; CARDOZA; FORNES, 2013; CARDOZA, et. al. 2014), “[...] o que corresponde a 10% das exportações mundiais” (CARDOZA, 2014, p.7). Em contraste, Cunningham (2011) lembra que nos EUA apenas cerca de 30% das exportações totais são feitas por PMEs.

Essa grande contribuição para as exportações não tem correspondente quando o assunto é a internacionalização por meio de Investimentos Externos Diretos (IEDs). Conforme Zhao (2010, p.73), “no presente, a principal força dos investimentos externos da China são grandes empresas, o investimento externo de PMEs está ainda em sua infância”. Talvez por isso, estudo realizado por Cardoza et. al. (2014) coloca que a maioria das pesquisas referentes à internacionalização das empresas chinesas tenha como foco EGP. Este mesmo estudo também identifica que apesar de algumas questões institucionais, como políticas e serviços públicos, influenciarem na internacionalização das PMEs chinesas, suas capacidades privadas (gestão, capital, tecnologia, etc.) são constrangimentos maiores a realização de atividades no exterior.

Não obstante, de forma geral, pode-se dizer que as PMEs são a espinha dorsal da economia chinesa. Conforme Liu (2009), até a década passada, elas representavam cerca de 60% do PIB do país, 75% do novo valor industrial adicionado, 60% das vendas, 46% do imposto de renda, 65% das tecnologias patenteadas, 75% das inovações tecnológicas, e cerca de 82% dos novos produtos. Elas ainda ultrapassavam 42 milhões de unidades empresariais, somavam 99% das empresas de serviços do país e eram as responsáveis por empregar cerca de 75% dos residentes urbanos e um pouco mais que isso dos trabalhadores que emigraram do campo para a cidade.

#### **4. Pós-crise financeira global 2007-2008: maior reconhecimento governamental da importância da PMEs para a economia chinesa?**

Na última seção, apresentou-se a evolução das PMEs chinesas, desde 1978 até meados da década passada, pontuando a sua mudança de *status* de marginalizada a motor do crescimento econômico do país. Intenta-se a seguir enfocar a questão se, em função dos efeitos da CFG, o governo chinês aprofundou este último *status*, isto é, elevou o reconhecimento da importância das PMEs para economia.



De acordo com a visão chinesa, “A crise financeira internacional em curso aterrou a economia mundial na situação mais difícil desde a Grande Depressão do século passado” Segundo Jiabao ela foi causada principalmente por quatro fatores:

Esta crise é atribuível a uma variedade de fatores e os principais são: políticas macroeconômicas inadequadas de algumas economias e seu modelo insustentável de desenvolvimento caracterizado por baixas poupanças e alto consumo prolongados; expansão excessiva das instituições financeiras em uma busca cega por lucro; falta de autodisciplina entre instituições financeiras e agências de rating, e a distorção resultante das informações de risco e precificação de ativos; e o fracasso da supervisão e regulação financeira para acompanhar as inovações financeiras, o que permitiu os riscos de derivativos financeiros se construírem e espalharem-se (JIABAO, 2009).

Liu (2009, p. 11) defende que entre os impactos da CFG sobre as PMEs da RPC dois se destacam: “[...] uma nítida redução da demanda externa pela exportação orientada das PMEs e as dificuldades financeiras mais severas para todas as empresas de ponta a ponta”. Esta não é uma situação inédita para o país. A Crise Asiática de 1998 também já tinha exacerbado alguns obstáculos comumente enfrentados pelas PMEs, mesmo sendo a RPC relativamente menos dependente da economia mundial, à época, considerando os dias atuais. Neste sentido, foi notado o declínio na taxa de crescimento do número de empresas, na taxa de crescimento dos investimentos, na taxa de crescimento da produção e número de operações, no número de pessoas empregadas, no crescimento das exportações, e no nível de credibilidade dos empresários. O autor indica que o governo agiu com a intenção de evitar impactos mais severos da crise, através da adoção de políticas fiscais proativas e uma política monetária prudente, porém, elas não foram pensadas necessariamente para socorrer as PMEs. O que aconteceu foi que estas empresas acabaram se beneficiando do estímulo que foi concedido a economia como um todo.

Ainda segundo o autor, as PMEs chinesas chegaram ao período da CFG já enfrentando sérios problemas. No momento de sua eclosão elas registravam menores indicadores de desenvolvimento em função, principalmente, das políticas de controle da inflação adotadas pelo governo central, com destaque para a política de redução de crédito. A CFG reforça estes constrangimentos. Por um lado, ela “ [...] tem aumentado dramaticamente os custos de financiamento de PMEs” (LIU, 2009, p.14), pelos motivos já pontuados anteriormente. Por outro lado, a capacidade de exportação dessas empresas diminuiu em função dos “[...] reduzidos pedidos de exportação, aumento dos custos de operações, eficiência reduzida, paralização aumentada, nítido aumento do desemprego, confiança enfraquecida nos investimentos, linhas de financiamento rompidas, e recursos reduzidos” (LIU, 2009, p. i). Alguns dos resultados mais visíveis foi o desemprego, fochando o retorno de chineses para o



campo, e falências. Segundo a Academia Chinesa de Ciências Sociais (CASS), até Março de 2009 cerca de 20% das PMEs do país podem ter falido devido à CFG e mais 20% enfrentam fortes dificuldades financeiras (APEC-ECBA, 2009). Por isso, clama-se por “[...] políticas de assistência e apoio financeiro para encorajar o desenvolvimento de PMEs” (CUNNINGHAM, 2011, p. 53).

Nota-se que as empresas também devem ter responsabilidades na superação dos obstáculos acima referidos. Como expõe Zhao (2010, p.73) “Em face da crise financeira global, as PMEs devem melhorar-se continuamente e buscar o espaço para sobreviverem e desenvolverem-se no ambiente de mudanças”. Adicionalmente, o vice Premier Zhang Dejiang enfatizou a necessidade de essas empresas melhorar a sua gestão e a sua capacidade de auto inovação, reforçar a competitividade, aumentar a eficiência produtiva, criar marcas, aumentar a honestidade, assumir responsabilidades sociais, proteger direitos dos trabalhadores e garantir segurança no processo produtivo (XINHUA, 2011). Mas, focando apenas a ação governamental, suspeita-se que a maior demanda das PMEs por suporte público e o menor crescimento da economia do país, no período pós-CFG, parecem ter pressionado maior reconhecimento da importância dessas empresas para a economia chinesa.

Durante a reunião anual do Fórum Econômico Mundial, em Janeiro de 2009, o Premier Jiabao (2009) anunciou ações específicas para PMEs. De forma geral, políticas fiscais e monetárias novamente passaram a ser usadas com a intenção de socorrer a economia do país devido aos impactos da CFG. O governo resolveu agir aumentando os gastos públicos e implementando cortes de impostos, diminuiu juros e aumentou a liquidez no sistema bancário, resolveu implantar o programa de reestruturação e rejuvenescimento industrial, e encorajar a inovação e o melhoramento da ciência e tecnologia. Relativo especificamente às PMEs, destacou a adoção de políticas fiscais preferenciais e maior apoio financeiro através do aumento dos empréstimos e otimização da estrutura de crédito. De acordo com o Jiabao (2009), “As nossas políticas de suporte financeiro estão sendo melhoradas, um saudável sistema de garantia de crédito instalado e o acesso ao mercado facilitado em benefício do desenvolvimento das PMEs”.

Em Setembro do mesmo ano, o Conselho de Estado (2009) anunciou “As várias opiniões sobre a promoção saudável do desenvolvimento de PMEs”. O documento ressalta que estas empresas “[...] desempenham um papel importante no desenvolvimento econômico e social”. Dessa forma, “Promover o desenvolvimento das PMEs é uma base importante para manter um crescimento econômico estável e sustentado, e uma tarefa estratégica importante



para salvaguardar a vida das pessoas e a estabilidade social”. Para tanto, o Conselho de Estado destaca sete pontos como necessários: 1) criar um ambiente propício a estas empresas; 2) conceder apoio financeiro; 3) fortalecer políticas fiscais e de tributação mais favoráveis; 4) acelerar o desenvolvimento tecnológico e o ajustamento estrutural; 5) ajudar na exploração de mercado; 6) fortalecer e melhorar o serviço de atendimento a esse público; e 7) melhorar o nível de gestão.

Todos os pontos acima são reforçados no XII Plano Quinquenal (2011-2015), à medida que o governo enfatiza 1) “desenvolver energicamente as PMEs, e melhorar o sistema de políticas e regulamentos relativos a estes empreendimentos”; 2) motivá-las “[...] a acelerar a transformação do padrão de desenvolvimento, fortalecer a qualidade e construir integridade, e melhorar a qualidade e competitividade do produto”; 3) “promover a reestruturação das PMEs, e incrementar o nível de divisão especializada do trabalho”; 4) guiá-las “[...] a desenvolver clusters, e melhorar a capacidade de inovação e o nível de gestão”; 5) “criar um ambiente favorável para ativar o desenvolvimento de PMEs”; 6) “estabelecer um saudável sistema financeiro e um sistema de garantia de crédito [...], aumentar o tamanho e a percentagem dos empréstimos [...] e ampliar os canais de financiamento direto”; e 7) “implementar e melhorar políticas preferenciais em matéria de tributação, etc. para aliviar a carga social sobre as PMEs” (NATIONAL PEOPLE'S CONGRESS – NPC, 2011).

Em 2012, o Conselho de Estado (2012) anuncia as “Opiniões do Conselho de Estado sobre a promoção de apoio ao desenvolvimento saudável de pequenas e micro empresas”, com a intenção de introduzir uma série de políticas e medidas de suporte ao desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas (MPE). Assim, o objetivo é “Compreender completamente o significado de promover apoio ao desenvolvimento saudável de micro e pequenas empresas”. Esta é uma das questões mais importantes no sentido de conferir maior reconhecimento a estas empresas, pois, ainda segundo o documento, “Os governos em vários níveis e autoridades deveriam atribuir grande importância, intensificar a confiança e aumentar o apoio às novas situações e novos problemas que aparecem sobre o desenvolvimento de micro e pequenas empresas”. Além disso, novamente os objetivos presentes nos dois últimos parágrafos são reafirmados.

Na verdade, o governo tem demonstrado maior interesse em combater as barreiras internas as PMEs, as quais constroem o seu desenvolvimento, como a falta de capital, a baixa capacidade de gestão, inovação, *know-how*, etc., o que pode diretamente ou indiretamente prejudicar também os seus investimentos no exterior. Ainda assim, o governo



compromete-se a ajudá-las a explorarem mercados externos à medida que incentiva a sua participação em feiras internacionais, o rejuvenescimento empresarial, o uso do *e-commerce* e a inserção em cadeias globais de valor. Nesse sentido, o vice Premier Zhang destacou a necessidade dos governos locais “[...] em melhorar o ambiente de negócios, prestar serviços a custos baixos, mas de qualidade para as PMEs, e ajuda-las a reforçar as suas capacidades inovadoras, explorar mercados estrangeiros, e incentivar graduados a trabalhar para elas [...]” (XINHUA, 2011).

É importante relevar que pese a conjuntura difícil que tem se enfrentado nos últimos anos, o governo chinês tende a conferir crescente relevância à internacionalização das PMEs porque, conforme Cunningham (2011, p. 52), “No todo, as PMEs na China têm se tornado uma significativa força internacional na economia globalizada”. Para a autora, a integração mais ampla e profunda do país na economia mundial elevará os desafios e as oportunidades com os quais se depararão as PMEs, a sua relevância para a economia doméstica será maior do que nunca, e elas desempenharão um papel essencial na expansão da economia, tanto nacional quanto internacionalmente. Zhao (2010, p. 69 e 73) alerta que as “[...] PMEs estão diante de desafios e oportunidades sem precedentes na crise financeira” e que sua “[...] participação no comércio internacional é um projeto sistemático complicado, e não pode ser resolvido apenas por elas mesmas”.

Adicionalmente, visando à constituição e o melhor desenvolvimento das PMEs, o governo está se preocupando na atualidade em avaliar o resultado das políticas adotadas (XINHUA, 2012). Seguindo as fases das políticas públicas (fase de formação da agenda/seleção de prioridades, fase de formulação de políticas/apresentação de soluções ou alternativas, fase da tomada de decisão/escolha das ações, fase de implementação/execução das ações, e fase de avaliação) percebe-se que o governo está atento à eficácia de suas ações, o que também pode indicar que ajustes estarão ou não por vir, em parte refletindo o pensamento de Deng Xiaoping, ex-presidente chinês, de “cruzar o rio sentindo as pedras” (BRAUTIGAM, 2009, p. 45).

## 5. Considerações finais

Não há dúvidas de que as PMEs desempenham um papel relevante para a economia em muitos países e que em momentos de crise, como o da CFG, tendem impactá-las de forma mais severa, em relação às EGP. Neste sentido, o suporte estatal é essencial, ainda mais ao



considerar que o ciclo de vida das empresas é permeado por políticas e regulamentações governamentais, o que se acredita ter sido demonstrado a partir do caso chinês.

Como observado, buscou-se no presente artigo enfocar a questão se, em função dos efeitos da CFG, o governo chinês aprofundou o reconhecimento da importância das PMEs para economia. Para tanto, procurou-se a partir da revisão da literatura sobre as PMEs, destacar o conceito dessas empresas a partir do entendimento chinês e demonstrar efetivamente a colaboração destas para o crescimento do país em termos de contribuição para o PIB, aumento no número de empresas, geração de empregos, exportação, valor adicionado, inovações tecnológicas, pedidos de patentes, novos produtos, entre outros.

Em seguida, destacou-se que embora as contribuições, as PMEs geralmente enfrentam barreiras internas e externas que podem constranger o seu desenvolvimento, e que nem sempre são claramente entendidas pelos formuladores de políticas. Foram assim destacadas duas delas, que se acredita terem sido exacerbadas pela CFG: as dificuldades de conseguir financiamento e os obstáculos ao processo de internacionalização. Neste sentido, no que se refere ao primeiro item, foi avaliado que as PMEs não conseguem oferecer as garantias necessárias aos bancos e outras instituições financeiras, as quais consideram que os empréstimos a este tipo de empresa, pelo seu tamanho, são alto risco.

Foi apresentada, também, neste artigo, a evolução do *status* conferido as PMEs pelo governo chinês, as quais saíram da condição de marginalizadas a motor do crescimento econômico, sendo que estas empresas passaram a receber atenção governamental mais específica após 1998, talvez em função da crise asiática, ponto que inclusive sugerem pesquisas mais profundas para ser validado. Mas, no geral, isto faz parte de um processo amplo de aceitação do setor empresarial privado, do qual as PMEs são a maioria.

Finalmente, foram expostas manifestações de autoridades chinesas e do principal responsável pela formulação de políticas relativas às PMEs, o Conselho de Estado, conclamando e executando maior suporte público as mesmas. Neste ponto, já é possível ensaiar resposta à questão que norteia este artigo, sugerindo que embora o governo tenha decidido claramente priorizar suporte as EPECs, a exacerbção, pela CFG, de problemas enfrentados pelas PMEs, compeliu o governo a prestar-lhes mais apoio e também a aprofundar o seu reconhecimento como espinha dorsal do crescimento econômico chinês.

#### **Referências:**

ASIA-PACIFIC ECONOMIC COOPERATION (APEC) E-COMMERCE BUSINESS ALLIANCE (ECBA) - APEC-ECBA. China gropes for solutions to SME financing



difficulties. **APEC-ECBA**, 2009. Disponível em: <<http://www.apec-ecba.org/english/info/Article>>. Acesso em: jan. 2012.

BRAUTIGAM, Deborah. **The dragon's gift: the real story of china in Africa**. Oxford: Oxford University Press, 2009.

CARDOZA, G., et. al.. China goes global: public policies' influence on small- and medium-sized enterprises' international expansion. Bristol, **Asia Pacific Business Review**, p. 1-23, 2014. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/eprint/InXQFDJjAKWwCi9maCcq/full>. Acesso em: 28 maio 2014.

CARDOZA, Guillermo; FORNES, Gaston. The international expansion of China's small- and medium-sized business: Status today and future outlook. **Journal of Chinese Entrepreneurship**, v. 5, n. 3, p. 252-273, 2013. Disponível em: <<http://www.emeraldinsight.com/journals.htm?issn=1756-1396&volume=5&issue=3>>. Acesso em: 13 maio 2014.

CHINA. **Law of the People's Republic of China on promotion of small and medium-sized enterprises** (Order of the President No.69), Jun., 2002. China, Jun. 29, 2002. Disponível em: <[http://english.gov.cn/laws/2005-10/08/content\\_75040.htm](http://english.gov.cn/laws/2005-10/08/content_75040.htm)>. Acesso em: 29 maio 2014.

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS – CSE. **Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões: “Think Small First” / Um “Small Business Act” para a Europa**. – Bruxelas: CSE, 2008. Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2008:0394:FIN:PT:PDF>. Acesso em: 28 maio 2014.

CUNNINGHAM, Li Xue. SMEs as motor of growth: A review of China's SMEs development in thirty years (1978–2008). Amsterdam, **Human Systems Management**, v. 30, n. 1-2, p. 39 – 54, 2011. Disponível em: <<http://iospress.metapress.com/content/103g03g2t27002h7/fulltext.pdf>>. Acesso em: 28 maio 2014.

DALBERG. **Report on Support to SMEs in Developing Countries Through Financial Intermediaries**. – Geneva: Dalberg, 2011. Disponível em: <[http://eudevdays.eu/sites/default/files/dalberg\\_sme-briefing-paper.pdf](http://eudevdays.eu/sites/default/files/dalberg_sme-briefing-paper.pdf)>. Acesso em: 19 maio 2014.

INDRAWATI, Sri Mulyani. Preface. **Doing Business 2014: Understanding regulations for small and medium-size enterprises**. - Washington: World Bank Group, c2013. Disponível em: <<http://www.doingbusiness.org/~media/GIAWB/Doing%20Business/Documents/Annual-Reports/English/DB14-Full-Report.pdf>>. Acesso: 14 maio 2014.

JIABAO, Wen. **Strengthen Confidence and Work Together for A New Round of World Economic Growth**. World Economic Forum Annual Meeting 2009, 28 jan. 2009. Disponível em: <[http://english.gov.cn/2009-01/29/content\\_1216825.htm](http://english.gov.cn/2009-01/29/content_1216825.htm)>. Acesso em: 29 maio 2014.

JONES, Marian V. et. al. Introduction: SME internationalization: current themes of study and modern challenges. In: Jones, Marian V. et. al. **Internationalization, entrepreneurship and**



**the smaller firm:** evidence from around the world. Cheltenham, UK; Northampton, MA: Edward Elgar, ©2009. P. 1-5.

KANAMORI, Toshiki; ZHAO, Zhijun. Private sector development in the People's Republic of China. **Asian Development Bank Institute**, Tokyo, Working Paper n.27, p. 1-81, Sept. 2004. Disponível em: < <http://www.iadb.org/intal/intalcdi/PE/2010/06227.pdf> >. Acesso em: 18 abr. 2008.

KUI-WAI, Li. The two decades of chinese economic reform compared. **China & World Economy**, Singapore, n. 2, p.1-9, 2001. Disponível em: < <http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/apcity/unpan002826.pdf> >. Acesso em: 18 abr. 2013.

LIU, Xiangfeng. Impacts of the Global Financial Crisis on Small and Medium Enterprises in the People's Republic of China. **ADB**, wp. 180. Tokyo: Asian Development Bank Institute, 2009. Disponível em: < <http://www.adbi.org/files/2009.12.16.wp180.impacts.gfc.enterprises.prc.pdf> >. Acesso em: 19 maio 2014.

MATTLIN, Mikael. Chinese strategic state-owned enterprises and ownership control. **Brussels Institute of Contemporary China Studies**, Brussels, Asia paper, v. 4, n. 6, p. 3-28, 2010. Disponível em: < [http://www.vub.ac.be/biccs/site/assets/files/apapers/Asia%20papers/Asia%20Paper%204\(6\).pdf](http://www.vub.ac.be/biccs/site/assets/files/apapers/Asia%20papers/Asia%20Paper%204(6).pdf) >. Acesso em: 18 abr. 2013.

NATIONAL PEOPLE'S CONGRESS - NPC. China's 12<sup>th</sup> five-year plan (2011-2015), March 2011. Disponível em: [http://cbi.typepad.com/china\\_direct/2011/05/chinas-twelfth-five-new-plan-the-full-english-version.html](http://cbi.typepad.com/china_direct/2011/05/chinas-twelfth-five-new-plan-the-full-english-version.html). Acesso em: 14 maio 2014.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT – OECD, et al.. Internationalisation of SMEs (Dimension 10): Encourage and support SMEs to benefit from the growth of markets (Small Business Act Principle 10). In: **SME Policy Index: Eastern Partner Countries 2012: Progress in the Implementation of the Small Business Act for Europe**. Paris: OECD Publishing, 2012. <<http://dx.doi.org/10.1787/9789264178847-17-en>>. Acesso em: 15 maio 2014.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT – OECD. **Top Barriers and Drivers to SME Internationalisation**. - Paris: OECD Centre for entrepreneurship, SME and local development (CFE), 2009. Disponível em: < <http://www.oecd.org/industry/smes/43357832.pdf> >. Acesso em: 28 maio 2014.

PONCET, S. Inward and Outward FDI in China. **Working paper at the Panthéon Sorbonne - Economie, Université Paris I CNRS and CEPII**. Paris, p. 1-26, 2007. Disponível em: < <http://ces.univ-paris1.fr/membre/Poncet/Book%20chapter%20Poncet%20April%2028%202007.pdf> >. Acesso em: 18 abr. 2013.

SANTOS, Leandro Teixeira dos. Os investimentos externos diretos chineses para o Brasil no século XXI: desafios e oportunidades, 2014 [**Dissertação**], EPI, Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, FCE, UFRGS, 2013.



STATE COUNCIL – SC. **Opinions of the State Council on Further Supporting the Healthy Development of Small and Micro-Sized Enterprises**, 2012. Disponível em : <http://www.sme.gov.cn/web/assembly/action/browsePage.do?channelID=1085219651116&contentID=1347320921505>. Acesso em: 15 maio 2014.

\_\_\_\_\_. **The Several Opinions on Further Promoting the Development of SMEs announced by the State Council** (Abstract), 2009. Disponível em: < <http://www.smefair.org.cn/en/html/NEWS/Documents/article/1270626462786.html>>. Acesso em: 29 maio 2014.

SZAMOSSZEGI, Andrew; KYLE, Cole. An Analysis of State-owned Enterprises and State Capitalism in China. **U.S.- China Economic and Security Review Commission**, Washington, DC, p. 1-116, Oct. 2011. Disponível em: < [http://origin.www.uscc.gov/sites/default/files/Research/10\\_26\\_11\\_CapitalTradeSOEStudy.pdf](http://origin.www.uscc.gov/sites/default/files/Research/10_26_11_CapitalTradeSOEStudy.pdf)>. Acesso em: 18 abr. 2013.

THE CORPORATION FOR ENTERPRISE DEVELOPMENT - CFED. **Desktop Study: SMEs and Poverty Reduction**. - Washington: CFED, 2004. Disponível em: < [http://cfed.org/assets/pdfs/SME\\_Desktop\\_Study.pdf](http://cfed.org/assets/pdfs/SME_Desktop_Study.pdf)>. Acesso em: 16 maio 2014.

WILSON, Karen. Encouraging the Internationalisation of SMEs. In: POTTER, Jonathan; PROTO, Alessandra (ed.). **Promoting Entrepreneurship in South East Europe: Policies and Tools**. - Paris: OECD/Leed programme, 2007. P. 43-66. Disponível em: <http://www.oecd.org/cfe/leed/39872944.pdf>. Acesso em: 29 maio 2014.

WORLD BANK GROUP - WBG. **Doing Business 2014: Understanding regulations for small and medium-size enterprises**. – Washington: World Bank Group, c2013. Disponível em: < <http://www.doingbusiness.org/~media/GIAWB/Doing%20Business/Documents/Annual-Reports/English/DB14-Full-Report.pdf>>. Acesso: 14 maio 2014.

WYMENGA, Paul; PLAISIER, Nora; VERMEULEN, Jurgen (Compiler). **Study on Support Services for SMEs in International Business**. Rotterdam: ECSIP Consortium, 2013. Disponível em: < [http://ec.europa.eu/enterprise/policies/international/files/2013-sme-internationalisation-final-report\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/enterprise/policies/international/files/2013-sme-internationalisation-final-report_en.pdf)>. Acesso em: 21 maio 2008.

XINHUA. **Top legislature to evaluate enterprise promotion policies**, Feb, 2012. Disponível em: [http://english.gov.cn/2012-02/10/content\\_2063773.htm](http://english.gov.cn/2012-02/10/content_2063773.htm) . Acesso em: 29 maio 2014.

\_\_\_\_\_. **Vice Premier urges sound policy implementation to promote SMEs' development**, nov. 2011. Disponível em: [http://english.gov.cn/2011-11/23/content\\_2000785.htm](http://english.gov.cn/2011-11/23/content_2000785.htm). Acesso em: 29 maio 2014.

ZHAO, Yanan. Research on the approaches of the participation of China's SMEs in international trade under financial crisis. Toronto, **International Journal of Business and Management**, v. 5, n. 1, p. 69-73, 2010. Disponível em: <http://www.ccsenet.org/journal/index.php/ijbm/article/view/4728/4016> . Acesso em: 19 maio 2014.